

Rui M. P. de Almeida
Coordenador Contabilidade

Sabino José Miranda
Coordenador Fiscalidade

Ana Nogueira • Rui Aleixo • Rita Nunes
Co-autores

PLANO GERAL DE CONTABILIDADE ANGOLANO

Casos Práticos e Exercícios Resolvidos

Este livro inclui ainda:

- Apontamentos fiscais
- Gráficos esquemáticos de movimentação entre contas
- Enquadramento teórico aos temas abordados



Ficha Técnica

Título

Plano Geral de Contabilidade Angolano – Casos Práticos e Exercícios Resolvidos

Autores

Rui M. P. de Almeida

Sabino José Miranda

Ana Nogueira

Rui Alexandre Aleixo

Rita Nunes

Editor

ATF — Edições Técnicas

atfedicoes@gmail.com

Composição Gráfica

ATF — Gorete Araújo e Sílvia Garcia

ISBN: 978-989-98944-0-2

Depósito Legal:

373672/14

Impressão e Acabamento

G.C. Gráfica de Coimbra, Lda.

Ano de publicação

2014

Todos os direitos reservados de acordo com a lei em vigor.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida por qualquer processo, incluindo fotocópia ou gravação sem autorização prévia e escrita do editor.

Os transgressores são passíveis de procedimento judicial.



PLANO GERAL DE CONTABILIDADE ANGOLANO

Casos Práticos
e
Exercícios Resolvidos

Nota dos autores

A elaboração deste livro teve na sua génese um elemento que serviu como catalisador da vontade e motivação da equipa de autores.

O anseio de nos juntarmos a todos aqueles que contribuem para o desenvolvimento da contabilidade em Angola, desenvolvendo um manual que responda afirmativamente ao desiderato expresso no Plano Geral de Contabilidade que expressa que “o País não pode deixar de acompanhar a evolução contabilística registada a nível internacional sob pena de perda de oportunidade e competitividade”.

Nasceu assim esta obra que resulta do esforço de síntese dos seus autores, materializando o conteúdo fundamental do Plano Geral de Contabilidade através da criação e desenvolvimento de casos práticos que procuram retratar a realidade vivida pelas empresas e outras instituições no seu quotidiano.

Terminada a obra é o momento de expressarmos o nosso profundo agradecimento a todos aqueles que conosco colaboraram nomeadamente ao Dr. Pedro M. Pinheiro.

Gratos a todos,

Os autores

Aos meus filhos *Joaquim, Miguel e Tiago* e à minha companheira *Gorete*.

Rui M. P. de Almeida

Dedico à minha família, à minha esposa *Catarina*, à *Juliana Miranda* nossa filha, à outra *Juliana*, minha *Mãe* e ao meu *Pai José Miranda* já em memória, que sempre estiveram ao meu lado, com apoio multiforme, encorajamento e solidariedade os momentos mais difíceis.

Sabino José Miranda

Dedico à minha família, minha mãe *Maria Isabel*, tia *Etelvina*, ao meu irmão *José Carlos*, à *Marina* minha esposa e à minha filha *Inês*.

Rui A. Carmelino de Figueiredo Aleixo

Dedico este livro aos meus preciosos filhos, *Carolina Inês* e *João Carlos*, eles sim, a minha obra grandiosa e por tudo de bom o que trouxeram à minha vida, são a minha fonte de inspiração e de motivação para tudo o que faço na minha vida. Agradeço à minha família, em especial à minha *Mãe* já em memória e ao meu *Marido* pelo apoio incondicional e dedicação que me dá, em todos os projectos que me proponho colaborar.

Ana Nogueira

Aos meus *Pais, Irmãos, Madrinha* e ao *Zé*.

Rita Andreia Morais Nunes



Rui M. P. Almeida
Coordenador Contabilidade

Doutor em Ciências empresariais com especialização em Contabilidade pela Universidade Autónoma de Madrid, Pós graduado em Auditoria contabilística pela Universidade Autónoma de Lisboa e licenciado em Contabilidade/Controle financeiro pelo ISCAL-Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.

Técnico Oficial de Contas e formador na área de Contabilidade e autor de vários livros e artigos técnicos e científicos, entre outros, co-autor dos livros "SNCRF de Cabo verde Explicado", "SNC Explicado", SNC - Casos Práticos e Exercícios Resolvidos", "O SNC e as Microentidades", "Harmonização Contabilística Internacional" e "Prestação de contas".

Professor Coordenador do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL) na área de contabilidade coordenando várias unidades curriculares de contabilidade financeira e em PSE, lecionando também em vários outros mestrados e doutoramentos e Pró-Presidente para a investigação. É ainda investigador de Contabilidade na Universidade da Extremadura (Espanha) e foi membro da Comissão de Normalização Contabilística tendo sido co-legislador do SNC (Sistema de normalização contabilística).



Sabino José Miranda
Coordenador Fiscalidade

Licenciado em Gestão pela Universidade Agostinho Neto (Luanda, 2004);
Obteve o Ensino Médio Especializado de Finanças (Gotha – Alemanha, 1982-1986);

Mestrando do Curso de Direcção Financeira e Auditoria de Empresas na Universidade Politécnica de Madrid/Espanha;

Técnico Reverificador do Departamento de Prevenção e Fiscalização Tributária da Direcção Nacional de Impostos (Luanda, 2004-2012);

Coordenador da Unidade Central de Fiscalização da Direcção Nacional de Impostos (na fase de instalação, 2013-2014);

Sócio fundador da Associação dos Economistas, Técnicos e Profissionais de Contabilidade do Planalto Central "AETPC" (Huambo, 1996);

Está inscrito como Técnico de Contas no MINFIN.

Participou num Curso de Actualização Profissional para Peritos Contabilistas desenhado e preparado com base nas matérias técnicas constantes do plano curricular de formação da IFAC-International Federation of Accountants, ministrado pela Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola numa parceria com a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas de Portugal;



Ana Cristina Nogueira

Co-autora

Gerente e Técnica de Contas da CC&MM e AFRICONTA. Licenciada em Contabilidade com especialização em Fiscalidade e Mestranda em Controlo de gestão e dos Negócios pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL).

Membro na Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. Formadora nas áreas de Contabilidade e Fiscalidade em diversas entidades. Autora de livros técnicos e científicos.

Rui A. Carmelino de Figueiredo Aleixo

Co-autor

Funcionário da Autoridade Tributária e Aduaneira, licenciado em Contabilidade e Administração com especialização em Fiscalidade, Mestrando em fiscalidade pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL).

Membro na Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.



Rita Andreia Morais Nunes

Co-autora

Funcionária do Ministério da Educação, licenciada em Contabilidade e Administração com especialização em Fiscalidade, Mestranda em Auditoria pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL).

Membro na Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

INTRODUÇÃO

Com a entrada em vigor do Decreto nº 82/01, de 16 de Novembro, é revogada toda a legislação em vigor que o contrarie nomeadamente, o Decreto nº70/89 de 23 de Dezembro. Como parte integrante deste Decreto é criado o Plano Geral de Contabilidade (PGC), aplicável a todas as Sociedades Comerciais e Empresas Públicas que exerçam actividade em Angola ou que aqui tenham a respectiva sede. Com esta alteração legislativa foi revogado o anterior Plano de Contas Empresarial, passando o país a dispor de um instrumento primordial que acompanhe o seu desenvolvimento económico e a evolução contabilística internacional.

A importância da contabilidade a nível internacional é encarada como elemento estruturante das relações empresariais, mas também como elemento facilitador do relacionamento com outros utentes da informação financeira como o Estado, levou à criação em 1977 da International Federation of Accounts (IFAC) que tem como objectivo principal a harmonização contabilística a nível internacional. Actualmente, o International Accounting Standards Board (IASB), órgão criado em 2001 na dependência do International Accounting Standards Committee (IASC), é o responsável pela emissão das International Financial Reporting Standard (IFRS), normas internacionais de contabilidade e de relato financeiro que harmonizam em padrões internacionais o relato financeiro.

Nesta fase de transição, o governo optou por manter o carácter legal das normas contabilísticas, estabelecendo através do PGC os critérios para a preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras. Não obstante, o PGC prevê a possibilidade de as empresas aplicarem as normas do IASB no que concerne à contabilização das locações, contabilização e relato dos Planos de Benefícios de Reforma e Concentração de Actividades Empresarias.

OBJECTIVO E ABRANGÊNCIA DO LIVRO

O objectivo deste livro é desenvolver um amplo conjunto de informação que auxilie os estudantes, professores, contabilistas, peritos contabilistas, auditores, gestores e público em geral, no contexto do normativo contabilístico nacional (PGC).

Nesse sentido, este livro apresenta um amplo conjunto de exercícios resolvidos e casos práticos, numa abordagem multidisciplinar que abrange as seguintes áreas:

MEIOS FIXOS E INVESTIMENTOS

(imobilizações corpóreas, incorpóreas, investimentos em imóveis e o caso específico dos activos não correntes detidos para alienação, bem como os investimentos em subsidiárias, em associadas e outras empresas), donde resultam de entre outras, as seguintes problemáticas:

- Custos incorporáveis aos activos adquiridos e activos em curso, onde se incluem, em determinadas circunstâncias, o custo dos empréstimos obtidos;
- Os possíveis modelos de valorimetria subsequente aplicáveis aos imobilizados corpóreos e incorpóreos, nomeadamente, o modelo do custo ou modelo do custo revalorizado;
- As amortizações;
- O reconhecimento (e anulação) de amortizações extraordinárias;
- O caso específico dos activos não correntes detidos para alienação;
- O desreconhecimento de activos (por alienação, abate, sinistro, etc.);
- O caso específico da troca de activos (reconhecimento e simultâneo desreconhecimento de activos);
- Reconhecimento dos diferentes tipos de investimentos financeiros;
- Possíveis métodos de valorimetria aplicáveis aos investimentos financeiros;
- Rendimentos associados aos investimentos financeiros efectuados.

EXISTÊNCIAS

(compras, mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo, produtos acabados e intermédios, subprodutos, desperdícios, produtos e trabalhos em curso e os adiantamentos por conta de compras), donde resultam de entre outras, as seguintes problemáticas:

- O custo da compra de existências (formação do custo da compra);
- O reconhecimento de provisões e reposições em existências;
- O custo da produção de existências e, nesse contexto, a produção em curso, produtos acabados, bem como produtos resultantes desse processo;
- Os adiantamentos reconhecidos em existências.

TERCEIROS (CONTAS A RECEBER E A PAGAR)

(clientes, fornecedores, pessoal, Estado e outros entes públicos, financiamentos, accionistas/sócios, outros valores a receber e a pagar, encargos e proveitos a repartir por períodos futuros e provisões), donde resultam de entre outras, as seguintes problemáticas:

- Possíveis métodos de valorimetria dos activos e passivos financeiros;
- Financiamentos obtidos e respectivos custos associados à sua obtenção;
- Operações relacionadas com os accionistas/sócios;
- Reconhecimento em períodos futuros de encargos e proveitos;
- Reconhecimento de provisões.

MEIOS MONETÁRIOS

(caixa, depósitos à ordem, outros depósitos e títulos negociáveis), donde resultam de entre outras, as seguintes problemáticas:

- A problemática dos saldos em moeda estrangeira;
- Proveitos derivados de depósitos;
- Títulos negociáveis e eventuais provisões.

CAPITAL E RESERVAS

(capital, acções (quotas) próprias, outros instrumentos de capital próprio, prémios de emissão, reservas e excedentes de revalorização), donde resultam de entre outras, as seguintes problemáticas:

- A emissão dos diversos instrumentos de capital próprio;
- Aquisição e alienação de acções próprias;
- Redução e aumento de capital;
- A aplicação do resultado do período anterior;
- Prestações suplementares;
- Regularização de excedentes de reavaliação.

PROVEITOS E GANHOS POR NATUREZA

(vendas, prestações de serviços, variações nos inventários de produtos acabados e de produção em curso, trabalhos para a própria entidade, subsídios, anulações e reposições, outros proveitos e ganhos não operacionais e juros e outros proveitos similares), donde resultam de entre outras, as seguintes problemáticas:

- O reconhecimento de proveitos relacionados com as diferentes naturezas, o que implica a análise do momento e da quantia a reconhecer como proveito do exercício.

CUSTOS E PERDAS POR NATUREZA

(custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, fornecimentos e serviços de terceiros, custos com o pessoal, amortizações e provisões do exercício, outros custos e perdas operacionais, não operacionais e financeiras), donde resultam de entre outras, as seguintes problemáticas:

- O reconhecimento de custos relacionados com as diferentes naturezas, o que implica a análise do momento e da quantia a reconhecer como custo do exercício;

RESULTADOS E OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO

(operações de regularização, apuramento de resultados, ajustamento em activos, amortizações, apuramento do CMVMC, apuramento de resultados), donde resultam de entre outras, as seguintes problemáticas:

- O apuramento do resultado no final do período de relato;
- Elaboração de Balanço e Demonstração dos Resultados;
- Operações de regularização.

As situações desenvolvidas no livro resultam em impactos nas diferentes áreas das demonstrações financeiras obrigatórias, nomeadamente, no Balanço e Demonstração dos Resultados, para as quais se apresentam propostas de resolução, de modo a dar cumprimento integral ao preconizado no PGC.

Tivemos também a preocupação de inserir apontamentos fiscais no sentido de alertar para o cumprimento das obrigações fiscais decorrentes dos factos e transacções apresentados em cada exercício.

No sentido de reforçar e complementar o enquadramento teórico relacionado com a resolução de cada um dos casos e exercícios resolvidos que aqui se apresentam sugerimos a consulta do livro “Plano Geral de Contabilidade Angolano – Explicado”^[1], onde poderão também ser consultada sugestões para a elaboração das notas às contas

Desejamos a todos uma boa leitura!

[1] Almeida, Rui M. P. de; Miranda, Sabino José; Nogueira, Ana; Silva, José Luís da; Pinheiro, Pedro M. | 2014 | ATF – Edições Técnicas

ESTRUTURA DO LIVRO

O livro foi estruturado de modo a permitir uma abordagem sistémica e sequencial que consolide os conteúdos abordados. Nesse sentido, propõe-se uma metodologia padrão na apresentação e resolução dos casos/exercícios que seguidamente se apresenta.

PASSO A PASSO



Base Conceptual

A abordagem teórica dos temas desenvolvidos é um ponto de partida importante em qualquer percurso de aprendizagem. Nesse sentido, a cada ponto abordado é efectuada uma breve resenha teórica que enquadra e possibilita uma eficaz compreensão do conteúdo.

O enquadramento teórico permite ainda contextualizar e enquadrar o leitor na temática abordada, sendo posteriormente remetido para os exercícios e casos ilustrativos dos conceitos apresentados. A conceptualização e formulação do problema são, assim, o ponto de partida para a resolução dos exercícios e casos propostos.



Enunciado

Para cada enquadramento teórico efectuado serão apresentados um conjunto abrangente de casos e exercícios, que possibilitem a aquisição de competências no âmbito da temática referenciada. Os exercícios e casos são apresentados numa sequência tal que reflectem, gradativamente, um aumento na complexidade da problemática em causa, permitindo a cada leitor encontrar situações que mais adequadamente espelham as suas necessidades.

A resolução dos exercícios e casos pressupõe a conjugação dos seguintes elementos:

- a identificação da problemática subjacente ao enunciado apresentado;
- o enquadramento normativo (PGC) especificamente relacionado com o exercício e caso proposto;
- uma proposta de contabilização em termos de razão esquemático (T's) e de lançamentos em diário;
- a fundamentação teórica relevante para a resolução;
- comentários à resolução, sempre que se mostrem adequados para a melhor justificação das opções propostas; e
- o apontamento fiscal e jurídico subjacente à resolução, sempre que se mostre relevante.



Problemática

A problemática reflecte os temas objecto dos exercícios e casos propostos, assim como as questões que permitem desenvolver convenientemente a resolução.



Razão (T's)

A resolução dos exercícios e casos propostos, no que diz respeito à contabilização, é inicialmente apresentada em termos de razão (T's), permitindo ao leitor uma análise mais rápida, directa e abrangente das implicações decorrentes do tratamento contabilístico proposto para a resolução do enunciado.



Diário

A resolução dos exercícios e casos no modelo de diário permite uma análise mais objectiva e detalhada do impacto de um determinado tratamento contabilístico. Os diários estão relacionados com a representação esquemática na razão (T's) através de um idêntico número de lançamento e descrição. Os cálculos auxiliares são apresentados na sequência de cada lançamento ou remetidos para a parte final da resolução, se esta última forma se mostrar mais apropriada.



Comentário à Resolução

Os comentários à resolução apresentam-se, sempre que se julguem pertinentes, como sugestões dos autores relativamente à possibilidade de adopção de distintos procedimentos contabilísticos ou, ainda, na adopção de tratamentos que auxiliem os preparadores na obtenção de informação gerada pela Contabilidade.



Apontamentos Fiscal/Jurídico

Os apontamentos fiscais e/ou jurídicos são inseridos nas resoluções sempre que se justifique um maior detalhe nestas áreas, permitindo ao leitor o esclarecimento de questões relacionadas com o tratamento contabilístico proposto, nomeadamente, a partir dos impactos das matérias de índole fiscal e/ou jurídica no âmbito da Contabilidade.

A metodologia de resolução dos casos e exercícios acima apresentada revela-se, em nossa opinião, um meio conducente a uma eficaz compreensão das matérias abordadas, quer na sua vertente prática que na sua vertente teórica.

A título exemplificativo e, caso estivéssemos a analisar o caso da formação do preço da compra e a problemática das diferenças cambiais teríamos após uma introdução de índole conceptual o seguinte conjunto de elementos:

Enunciado

1.2.1.1.8. Aquisição com custos de desalfandegamento e diferenças cambiais

A sociedade Produtora, Lda. adquiriu em 2 de Janeiro a um fornecedor americano material industrial (máquina de produção) por 9.000 USD (taxa de câmbio à data da aquisição: (1 USD = 96 Kz):

Para o desalfandegamento do material, a sociedade Produtora, Lda. incorreu ainda em custos de no valor de 120.000 Kz referentes ao pagamento de impostos e direitos aduaneiros e 65.900 Kz pelos serviços prestados pelo despachante, tendo o serviço sido pago na sua totalidade a pronto por cheque.

Na sequência, foi contratado com um fornecedor nacional o pagamento a pronto (através do fundo fixo de caixa) do transporte até às instalações da empresa, bem como a instalação e montagem num custo total de 125.000 Kz.

Sabe-se que o pagamento ao fornecedor foi efectuado em 31 de Janeiro quando 1 USD correspondia a 98 Kz. Pretende-se o tratamento contabilístico relativo aos factos acima mencionados.

Problemática e enquadramento normativo

Resolução



Esta resolução implica o tratamento contabilístico relativo à formação do preço da compra de um imóvel zado corpóreo e da imputação aos resultados da diferença cambial verificada entre a data da compra e a data do pagamento.

A problemática é uma síntese dos conceitos e operações-chave que permitem a resolução do enunciado proposto.

Contabilização

Contabilização

	11.3.1	45.1.x	37.1.1
(1)	864.000	125.000 (3)	864.000 (4)
(2)	185.900		864.000 (1)
(3)	125.000		
		43.1.1	762.1
		185.900 (2)	18.000 (4)
		882.000 (4)	

- (1) Aquisição da máquina de produção no mercado externo (contratador da aquisição em Kwanzas)
 (2) Custos de desfardamento incorporáveis ao custo de aquisição da máquina
 (3) Custos de transporte, instalação e montagem até às instalações da empresa (pagamento a pronto)
 (4) Pagamento ao fornecedor estrangeiro, com o reconhecimento simultâneo de diferenças de câmbio desfavoráveis

(1) 02 de Janeiro

Nº conta	Nome da conta	Débito	Crédito
11.3.1	Imobilizações corpóreas / Equipamentos básico / Material Industrial	864.000	
37.1.1	Compras de imobilizado / Corpóreo		864.000

Preço de compra em Kwanzas = USD 9.000 x 96 = 864.000 (valor da aquisição em Kwanzas, moeda nacional), uma vez que 1 USD = 96 Kz.

(2) 02 de Janeiro

Nº conta	Nome da conta	Débito	Crédito
11.3.1	Imobilizações corpóreas / Equipamentos básico / Material Industrial	185.900	
43.1.1	Depósitos à ordem / Moeda nacional / Banco x		185.900

Custos incorporáveis à máquina adquirida = 120.000 (direitos aduaneiros) + 65.900 (Serviço do despachante) = 185.900

(3) 02 de Janeiro

Nº conta	Nome da conta	Débito	Crédito
11.3.1	Imobilizações corpóreas / Equipamentos básico / Material Industrial	125.000	

Na sequência da contabilização deste facto, são apresentados os eventuais apontamentos fiscais e comentários dos autores à resolução, sendo que ambas as referências reflectem sugestões e enquadramento mais abrangentes que o processo de reconhecimento propriamente dito.

ÍNDICE

I. MEIOS FIXOS E INVESTIMENTOS	27
I.1. Investimentos financeiros	28
I.1.1. Aquisição de acções	29
I.1.2. Provisão para investimentos financeiros	30
I.1.3. Alienação de acções com ganho	32
I.1.4. Alienação de acções com perda	32
I.1.5. Obrigações não convertíveis detidas até à maturidade	33
I.2. Imobilizações corpóreas, incorpóreas e investimentos em imóveis	36
I.2.1. Reconhecimento e valometria inicial: Imobilizações corpóreas e incorpóreas e investimentos em imóveis. . .	36
I.2.1.1. Aquisição de imobilizações corpóreas e investimentos em imóveis	37
I.2.1.1.1. Aquisição de imobilizado corpóreo.	37
I.2.1.1.2. Aquisição de um imóvel (para investimento)	38
I.2.1.1.3. Aquisição com custos de transporte associados.	39
I.2.1.1.4. Aquisição com desconto de pronto pagamento	40
I.2.1.1.5. Aquisição com desconto de pronto pagamento e desconto comercial.	41
I.2.1.1.6. Aquisição com custos comuns e específicos	42
I.2.1.1.7. Aquisição com custos de manutenção associados	44
I.2.1.1.8. Aquisição com custos de desfandegamento e diferenças cambiais	46
I.2.1.1.9. Aquisição com sobressalentes e equipamentos de serviço	48
I.2.1.1.10. Adiantamento para a aquisição de imobilizados corpóreos.	49
I.2.1.2. Construção/desenvolvimento de imobilizações corpóreas.	51
I.2.1.2.1. Custos incorporáveis ao imobilizado em curso – custos até à conclusão	52
I.2.1.2.2. Capitalização dos custos dos empréstimos obtidos ao imobilizado em curso	55
I.2.1.3. Aquisição de imobilizações incorpóreas	58
I.2.1.3.1. Aquisição de imobilizações incorpóreas.	59
I.2.1.3.2. Aquisição com custos atribuíveis e não atribuíveis à aquisição	60
I.2.1.3.3. Aquisição de imobilizados incorpóreos associados a imobilizados corpóreos	61
I.2.1.4. Investigação e desenvolvimento (I & D) de imobilizações incorpóreas.	63
I.2.1.4.1. Pesquisa e desenvolvimento de projectos gerados internamente	64
I.2.1.4.2. Custos de empréstimos obtidos para projectos de pesquisa e desenvolvimento	66
I.2.2. Valorimetria subsequente: Imobilizações corpóreas, incorpóreas, investimento em imóveis	68
I.2.2.1. Amortizações	68
I.2.2.1.1. Aplicação do método das quotas constantes	71
I.2.2.1.2. Aplicação do método dos dígitos (quotas degressivas)	72
I.2.2.1.3. Aplicação do método das unidades de produção.	74
I.2.2.1.4. Amortização de activos com valor residual	76
I.2.2.1.5. Grandes revisões com substituição de partes significativas	77
I.2.2.1.6. Sobressalentes e equipamentos de serviço	79
I.2.2.1.7. Alteração da estimativa de vida útil de activos	81
I.2.2.1.8. Amortização de um imóvel	82
I.2.2.1.9. Amortização de imobilizado incorpóreo	83
I.2.2.2. Amortizações extraordinárias.	84
I.2.2.2.1. Amortizações extraordinárias em activos	84
I.2.2.2.2. Anulação de uma amortização extraordinária anteriormente reconhecida.	86
I.2.2.2.3. Amortização extraordinária através da avaliação do valor de uso	88
I.2.2.3. Modelo de revalorização dos activos imobilizado corpóreo e imobilizado incorpóreo	89
I.2.2.3.1. Revalorização de um imobilizado corpóreo	90
I.2.2.4. O caso específico dos activos não correntes detidos para alienação	91
I.2.2.4.1. Reclassificação de um activo para activos não correntes detidos para alienação	91
I.2.3. Desreconhecimento: Imobilizações corpóreas, incorpóreas, investimento em imóveis	93
I.2.3.1. Desreconhecimento por alienação, sinistro e abate.	93
I.2.3.1.1. Alienação do imobilizado corpóreo	94
I.2.3.1.2. Sinistro relacionado com activos	95
I.2.3.1.3. Abate de activos sem valor residual	96
I.2.3.1.4. Abate de activos – alienação em estado de “sucata”	98
I.2.3.2. Troca de activos	99
I.2.3.2.1. Troca de bens sem dinheiro envolvido (com ganho na transacção)	100
I.2.3.2.2. Troca de bens com dinheiro envolvido na transacção	101
I.2.3.2.3. Troca de activos sem ganhos ou perdas na transacção.	102

1.2.4. Locações	103
1.2.4.1. Locação operacional	104
1.2.4.2. Locação financeira	105
1.2.4.3. Amortização de activos em regime de locação financeira	107
1.2.5. Subsídios relacionados com imobilizações corpóreas e imobilizações incorpóreas	108
1.2.5.1. Subsídio ao investimento associado a um activo depreciável	109
2. EXISTÊNCIAS	113
2.1. Compras e entradas em armazém	113
2.1.1. Compra a pronto com imposto sobre o consumo	114
2.1.2. Compra a crédito a uma associada	115
2.1.3. Compra com custos adicionais de transporte e manuseamento	117
2.1.4. Compra a crédito a um fornecedor estrangeiro	118
2.1.5. Compra com desconto de pronto pagamento	120
2.1.6. Compra com desconto comercial e financeiro (desconto de pronto pagamento)	121
2.1.7. Adiantamentos em Existências (mercadoria) com preço fixado	123
2.2. Produção própria (reconhecimento e valorimetria inicial)	124
2.2.1. Custo de produção – Na situação de subactividade	125
2.2.2. Custo de Produção – Na situação de sobreactividade	126
2.2.3. Produção própria — Capitalização dos custos dos empréstimos às existências	127
2.2.4. Produção simultânea (conjunta) e subproduto	130
2.3. Provisão e reposição de provisão em existências	132
2.3.1. Provisões em existências	132
2.3.2. Provisões em existências (grupo de mercadorias)	133
2.3.3. Provisões em existências (percentagem sobre a totalidade das existências)	134
2.3.4. Reforço e/ou Reposição da provisão para depreciação de existências	135
2.4. Fórmulas de custeio	137
2.4.1. Método do custeio “Identificação específica”	138
2.4.2. Método de custeio FIFO	139
2.4.3. Método de custeio LIFO	140
2.4.4. Método do custeio médio (ponderado)	142
2.5. Vendas e custo das mercadorias vendidas	143
2.5.1. Venda de mercadorias	144
2.5.2. Venda de mercadorias a um cliente estrangeiro	145
2.5.3. Venda de mercadorias em condições de liquidação diferida	147
2.5.4. Vendas de mercadorias (envio à consignação e posterior factura definitiva)	149
2.6. Reclassificações e regularizações de existências	151
2.6.1. Autoconsumo de existências	151
2.6.2. Quebras em existências	152
2.6.3. Sobras em existências	153
2.6.4. Oferta de existências a clientes	153
3. TERCEIROS	157
3.1. Clientes	157
3.1.1. Vendas e prestações de serviços	158
3.1.1.1. Venda a pronto pagamento	158
3.1.1.2. Venda a crédito com imposto sobre o consumo	159
3.1.1.3. Venda a crédito com desconto de pronto pagamento	160
3.1.1.4. Prestação de serviços com desconto na factura e imposto sobre o consumo	161
3.1.1.5. Venda com devolução parcial	162
3.1.1.6. Venda com desconto concedido fora da factura	163
3.1.2. Venda com pagamento diferido	164
3.1.3. Titularização de dívidas	166
3.1.3.1. Saque e pagamento (letra)	166
3.1.3.2. Saque e desconto bancário	167
3.1.4. Adiantamentos de clientes	168
3.1.4.1. Adiantamento de cliente sem preço fixado	168
3.1.4.2. Adiantamento de cliente com preço fixado	169
3.1.5. Diferenças cambiais em clientes	170
3.1.5.1. Diferença cambial à data de relato – venda em USD	171
3.1.5.2. Diferença cambial na liquidação da dívida – dívida em Euros	172

3.2. Fornecedores	174
3.2.1. Compras	174
3.2.1.1. Compra a crédito com imposto sobre o consumo	174
3.2.1.2. Compra com desconto de pronto pagamento	175
3.2.1.3. Compra com desconto obtido fora da factura	176
3.2.1.4. Compra e devolução parcial	176
3.2.1.5. Compra com factura em conferência	177
3.2.2. Titularização de dívidas	178
3.2.2.1. Aceite e pagamento	178
3.2.3. Adiantamentos aos fornecedores	179
3.2.3.1. Adiantamento ao fornecedor sem preço fixado	179
3.2.3.2. Adiantamento ao fornecedor com preço fixado	180
3.2.4. Diferenças cambiais em fornecedores	181
3.2.4.1. Diferença de câmbio à data do relato (KZ-USD)	181
3.2.4.2. Diferença cambial na data da liquidação (KZ-EUR)	182
3.3. Empréstimos (obtidos)	184
3.3.1. Empréstimo bancário	184
3.3.2. Empréstimo com juros a pagar no período seguinte	186
3.4. Estado	187
3.4.1. Pagamento provisório do Imposto Industrial	188
3.4.2. Apuramento do imposto sobre o rendimento	190
3.4.3. Retenção por pagamento da renda de um imóvel e entrega ao Estado	192
3.5. Entidades participantes e participadas	193
3.5.1. Subscrição e realização de capital	194
3.5.2. Distribuição de resultados	195
3.5.3. Empréstimo de participante do capital — Suprimento	196
3.6. Pessoal	198
3.6.1. Processamento e pagamento de salários	198
3.6.2. Processamento das férias e subsídio de férias	200
3.6.3. Adiantamento ao pessoal	202
3.7. Compra e venda de imobilizado	204
3.7.1. Compra de imobilizado	204
3.7.1.1. Compra de um imobilizado a crédito	204
3.7.1.2. Compra de um imobilizado corpóreo com adiantamento	205
3.7.2. Venda de imobilizado	206
3.7.2.1. Venda de imobilizado a crédito	206
3.7.3. Especialização do exercício — Proveitos a facturar	207
3.7.3.1. Reconhecimento do rédito relativo à prestação de serviços	207
3.7.3.2. Juros de depósitos bancários	208
3.7.4. Especialização do exercício — Encargos a repartir por períodos futuros	209
3.7.4.1. Seguro pago antecipadamente	209
3.7.4.2. Renda do ano seguinte paga antecipadamente	210
3.7.5. Especialização do exercício — Encargos a pagar	212
3.7.5.1. Juros de empréstimo obtido	212
3.7.6. Especialização do exercício — Proveitos a repartir por períodos futuros	213
3.7.6.1. Renda do ano seguinte recebida antecipadamente	213
3.8. Provisões e reposições	214
3.8.1. Constituição de provisão para cobrança duvidosa	214
3.8.2. Reposição de uma provisão para clientes de cobrança duvidosa	215
3.8.3. Provisões para adiantamento a fornecedor	216
3.8.4. Provisão para cobranças duvidosas (considerando a totalidade dos clientes)	217
3.9. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	219
3.9.1. Provisões para pensões	219
3.9.2. Provisões para processos judiciais e passivos contingentes	220
3.9.3. Provisões para acidentes de trabalho	221
3.9.4. Provisões para garantias a clientes	221
3.9.5. Activo contingente	222

4. MEIOS MONETÁRIOS	225
4.1. Caixa e depósitos	225
4.1.1. Conteúdo da Conta Caixa.	225
4.1.2. Fundo Fixo de Caixa.	227
4.1.3. Caixa – Valores destinados a pagamentos específicos	228
4.1.4. Constituição de depósito a prazo.	228
4.2. Moeda estrangeira.	229
4.2.1. Aquisição de moeda estrangeira e diferenças de câmbio na data do relato.	229
4.3. Títulos Negociáveis	231
4.3.1. Aquisição de acções	231
5. CAPITAL E RESERVAS	235
5.1. Constituição de Sociedade	235
5.1.1. Constituição de sociedade por quotas.	235
5.1.2. Constituição de sociedade anónima.	236
5.2. Aumento de Capital	238
5.2.1. Aumento de Capital – Incorporação de reservas	238
5.2.2. Aumento de capital por emissão de novas acções.	239
5.3. Redução de Capital	240
5.3.1. Redução de capital para cobertura de prejuízos.	240
5.3.2. Redução de capital motivada pela saída de um sócio	241
5.4. Aplicação de Resultados	242
5.4.1. Aplicação de resultados	243
5.5. Acções (Quotas) próprias.	244
5.5.1. Aquisição de acções próprias a desconto	244
5.5.2. Aquisição e alienação de acções próprias	245
5.6. Prestações Suplementares	247
5.6.1. Prestações Suplementares	247
5.7. Reservas de Reavaliação	248
5.7.1. Regularização da reserva de reavaliação	248
6. PROVEITOS E GANHOS (INCLUI CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO)	251
6.1. Vendas	253
6.1.1. Venda a crédito de mercadorias, produtos acabados e subprodutos	253
6.1.2. Vendas com desconto comercial (incluído na factura)	255
6.1.3. Devolução de vendas e desconto comercial (fora da factura)	256
6.2. Prestações de serviços (inclui contratos de construção)	258
6.2.1. Reconhecimento do rédito relativo à prestação de serviços	258
6.2.2. Separação do rédito das vendas do rédito relativo à prestação de serviços.	260
6.2.3. Contratos de construção: Proveitos imputáveis a um projecto em curso.	262
6.2.4. Contratos de construção: Proveitos e custos imputáveis a um projecto em curso	266
6.3. Variações nos inventários de produtos acabados e de produção em curso	269
6.4. Trabalhos para a própria entidade.	270
6.5. Subsídios a preços.	272
6.6. Reposição de provisões e anulação de amortizações extraordinárias	273
6.6.1. Anulação de amortização extraordinária em imobilizados corpóreos.	273
6.6.2. Reposição de provisões em existências	274
6.6.3. Reposição de provisões – Cobranças duvidosas.	276

6.7. Outros Proveitos e Ganhos não operacionais	277
6.7.1. Proveitos derivados da negociação de <i>royalties</i>	277
6.7.2. Venda de imobilizado corpóreo	278
6.7.3. Imputação dos subsídios para meios fixos e investimentos aos proveitos do período	279
6.7.4. Rendimentos de investimentos financeiros em imóveis	280
6.8. Juros e outros proveitos similares	282
6.8.1. Juros de depósitos bancários	282
7. CUSTOS E PERDAS POR NATUREZA	285
7.1. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	286
7.1.1. Apuramento do custo da mercadoria vendida em sistema de inventário permanente	286
7.1.2. Apuramento do custo da mercadoria vendida em sistema de inventário intermitente	287
7.2. Custos com o pessoal	288
7.2.1. Processamento das remunerações mensais	288
7.3. Amortização do exercício	290
7.3.1. Amortização de activos	291
7.4. Fornecimentos e serviços de terceiros	293
7.4.1. Fornecimentos e serviços de terceiros	293
7.4.2. Periodização económica – Fornecimentos e serviços de terceiros	294
7.5. Outros custos e perdas operacionais	296
7.5.1. Subcontratos	296
7.5.2. Ofertas e Amostras de Existências	297
7.5.3. Quotizações	297
7.6. Custos e perdas financeiros gerais	298
7.6.1. Empréstimo em moeda estrangeira (juros e diferenças cambiais desfavoráveis)	298
7.6.2. Descontos de pronto pagamento concedidos	300
7.7. Provisões	301
7.7.1. Provisão para dívidas de clientes	301
7.7.2. Provisão para depreciação de existências	303
7.7.3. Provisões para outros riscos e encargos – Impostos	304
7.8. Outros custos e perdas não operacionais	304
7.8.1. Dívidas incobráveis	304
7.8.2. Perdas em existências e em imobilizado corpóreo	305
7.8.3. Perdas motivadas pela venda de imobilizado	306
7.9. Custos e perdas extraordinárias	308
7.9.1. Perdas resultante de catástrofe natural	308
8. RESULTADOS E OPERAÇÕES DE ENCERRAMENTO	311
8.1. Operações de regularização, apuramento de resultados, Demonstração de Resultados (por natureza) e Balanço	311
8.1.1. Operações de regularização	313
8.1.2. Ajustamento em activos	315
8.1.3. Amortizações	316
8.1.4. Apuramento do Custo da Mercadoria Vendida	316
8.1.5. Apuramento de resultados e elaboração das demonstrações financeiras	318



4.

MEIOS
MONETÁRIOS



4. MEIOS MONETÁRIOS

Os meios monetários representam disponibilidades imediatas de tesouraria, quer em dinheiro, quer em valores, facilmente convertíveis em dinheiro.

Nesta classe, as principais questões que irão ser consideradas no âmbito dos meios monetários são:

- O que deve ser considerado como parte do saldo da conta caixa;
- O tratamento e manutenção de um fundo fixo de caixa;
- O movimento da conta de caixa para pagamentos específicos;
- O tratamento dos depósitos a prazo em função da sua duração espectável;
- O reconhecimento dos fluxos de caixa que resultam de transacções em moeda estrangeira, seja no momento da transacção, seja no momento do relato;
- O tratamento da aquisição de títulos negociáveis, aquisição, valorização no momento do relato (fecho de contas) e sua alienação.

4.1. CAIXA E DEPÓSITOS

As contas de caixa e depósitos compreendem o dinheiro em caixa, tais como notas de banco e moedas metálicas de curso legal, cheques, vales postais nacionais ou estrangeiros e os meios monetários disponíveis em contas à ordem/ prazo.

De uma forma geral as contas de caixa e depósitos à ordem são debitadas pelos recebimentos / depósitos e creditadas pelos pagamentos / levantamentos.

Neste sentido e com o objectivo de proporcionar informação mais detalhada sobre as principais questões relacionadas com Caixa e Depósitos, iremos abordar os seguintes temas:

- Conteúdo da conta Caixa;
- Fundo fixo de Caixa;
- Valores destinados a pagamentos específicos;
- Constituição de depósitos a prazo.

4.1.1. Conteúdo da Conta Caixa



Em 31 de Dezembro, procedeu-se à contagem física do caixa. Desta verificação resultou que do saldo de caixa de 80.000 kz constavam, além de 25.000 kz em notas e moedas, os seguintes elementos: 5.000 kz em despesas relativas a material de escritório, três cheques de clientes para depósito no total de 20.000 kz e um vale de caixa de 30.000 kz que configurou um adiantamento ao gerente.

Resolução



Na resolução deve ser considerado o que deve estar reconhecido na conta caixa.



Contabilização

75.2.17		45.x				36.3.x	
(1)	5.000	(0)	80.000	5.000	(1)	(2)	30.000
				30.000	(2)		

(0) Saldo existente em caixa antes dos lançamentos de rectificação
 (1) Reconhecimento do custo relativo ao material de escritório
 (2) Adiantamento efectuado ao gerente

(1) 31 de Dezembro

Nº conta	Nome da conta	Débito	Crédito
75.2.17	Fornecimentos e serviços de terceiros / Material de escritório	5.000	
45.x	Caixa / ...		5.000

(2) 31 de Dezembro

Nº conta	Nome da conta	Débito	Crédito
36.3.x	Pessoal-adiantamentos / Aos órgãos sociais / Gerente x	30.000	
45.x	Caixa / ...		30.000

O tratamento do saldo de caixa é importante, na medida em que deve ser tido em conta o que deve compor aquele saldo.

As despesas com material de escritório, embora possam configurar um activo, não são seguramente caixa ou equivalentes de caixa. Estes dispêndios têm geralmente um valor materialmente não relevante, devendo ser reconhecido de imediato como um custo da empresa.

O vale de caixa é o resultado de um adiantamento concedido ao gerente, sendo este alvo de regularização quando a sua remuneração for processada. Assim, este vale de caixa é reconhecido como uma dívida do gerente para com a entidade (conta 36.3.x).

Em relação aos cheques, nada se faz, dado fazer parte do saldo de caixa (está a aguardar depósito).



Comentário à Resolução

Utilizamos neste exercício a conta 45.x (para representar qualquer conta de caixa) pois os procedimentos/lançamentos seriam os mesmos independentemente do saldo de caixa se encontrar numa conta de caixa, seja 45.1, 45.2 ou 45.3 ou se encontra distribuído por várias contas de caixa em função da política de utilização das contas por cada entidade

Com intuito de uma correcta identificação e controlo sugerimos o desdobramento da conta 36.3.x em:

36.3 – Pessoal-Adiantamentos

36.3.1 – Órgãos social

36.3.1.1 – Gerente x

... ..

36.3.2 – Empregados

36.3.2.1 – Empregado x

... ..

Na sequência desta sugestão a conta que se poderia ter utilizado neste exercício seria a conta 36.3.1.1



4.1.2. Fundo Fixo de Caixa

Uma entidade determinou que fosse aplicado uma política de fundo fixo de caixa no valor de 100.000 kz para o departamento comercial, com vista a que estes efectuem o pagamento de pequenas despesas no âmbito das suas funções. À data do relato, aquela entidade tem em caixa (caixa fundo fixo) o saldo de 39.500 kz e os seguintes documentos justificativos de despesas:

Documentos relacionados	Quantia
Material de escritório	6.600
Refeições	22.400
Ferramentas e utensílios	31.500
TOTAL	60.500

Proceda ao tratamento contabilístico correspondente aos factos acima apresentados.

Resolução



? Neste caso, a problemática incide sobre o reconhecimento das despesas efectuadas por meio de caixa, quando a entidade adopta uma política de fundo fixo de caixa.

Contabilização



75.2.17	75.2.23
(I) 6.600	(I) 22.400
72.2.1.6	43.1.1
(I) 31.500	60.500 (I)

(I) Reconhecimento dos custos constantes nos documentos de caixa

(I) 31 de Dezembro

Nº conta	Nome da conta	Débito	Crédito
75.2.17	Fornecimento e serviços de terceiros / Material de escritório	6.600	
75.2.23	Fornecimento e serviços de terceiros / Deslocações e estadas	22.400	
75.2.16	Fornecimento e serviços de terceiros / Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	31.500	
43.1.1	Depósitos à ordem / Moeda nacional / Banco x		60.500

Os documentos de suporte existentes em caixa servem de base ao lançamento efectuado. Este poderia ser feito despesa a despesa, em vez de um único lançamento.

A entidade constitui o fundo fixo de caixa pelo:

- Débito da conta 45.1 – Fundo Fixo
- Crédito da conta 43.1.1 – Depósito à ordem / Moeda nacional / Banco x ou
- por crédito da 45.2.x – Caixa / Valores a depositar; no caso de ser uma transferência em dinheiro (transferência de dinheiro entre caixas).

As várias despesas vão ocorrendo em momentos distintos, apesar de neste exercício prático serem consideradas num único lançamento contabilístico.



Comentário à Resolução

Os valores em caixa, compostos por meios monetários e documentos de despesa devem, em qualquer momento, totalizar o valor do fundo fixo. Não obstante fundo fixo ser reposto em função das necessidades e da política da entidade, no final de cada mês o fundo fixo deverá ser reposto ficando assim composto exclusivamente por notas e moedas.

4.1.3. Caixa – Valores destinados a pagamentos específicos



A 25 de Novembro, procedeu-se ao levantamento da conta de depósitos à ordem de 80.000 kz para pagamento de vencimentos de pessoal que se encontram deslocados no interior. O pagamento dos salários foi feito dia 2 de Dezembro.

Resolução



Utilização de uma conta de caixa utilizável para pagamentos específicos.

Contabilização



45.3.1	43.1.1
(1) 80.000	80.000 (1)
(1) Reforço de caixa para pagamentos específicos	

(1) 25 de Novembro de N

Nº conta	Nome da conta	Débito	Crédito
45.3.1	Caixa / Valores destinados a pagamentos específicos / Salários	80.000	
43.1.1	Depósitos à ordem / Moeda nacional / Banco x		80.000



Comentários à Resolução

Na data de pagamento dos vencimentos, procede-se ao seguinte movimento contabilístico:

- Débito da conta 36.1.2.1 – Pessoal / Remunerações / Empregados
- Crédito da conta 45.3.1 – Caixa / Valores destinados a pagamentos específicos / Salários

4.1.4. Constituição de depósito a prazo



Em Novembro, o responsável pela tesouraria, verificou a existência de um excedente de tesouraria numa das contas de depósito à ordem, tendo contactado o seu gestor de conta no sentido de contratualizar um depósito a prazo com data de início em 01 de Dezembro, no montante de 100.000 Kz por um prazo de 6 meses, a vencer juro semestral a uma taxa de 2%.

Efectue o tratamento contabilístico referente à constituição de um depósito a prazo

Resolução



O reconhecimento das operações inerente à constituição do depósito bancário.

Contabilização



42.1.1	43.1.1
(1) 100.000	100.000 (1)
(1) Constituição do depósito a prazo	

(I) 01 de Dezembro

Nº conta	Nome da conta	Débito	Crédito
42.1.1	Depósitos a prazo / Moeda nacional / Banco x	100.000	
43.1.1	Depósitos à ordem / Moeda nacional / Banco x		100.000

A problemática do registo contabilístico do juro (proveito) do depósito será tratada no ponto proveitos e ganhos financeiros gerais – aplicações de tesouraria.

**Comentários à Resolução**

Na eventualidade da entidade ter mais de que um depósito a prazo contratualizado, para melhor controlo quer no número de depósitos, quer do montante de cada um, quer nas datas de vencimento, será vantajoso subdividir a conta 42.1.1 por cada depósito a prazo existente.

Caso este depósito a prazo seja contratualizado com vencimento superior a um ano e não existindo expectativas de mobilização antecipada, deve ser considerado na conta 13.9.3 – Outros Investimentos Financeiros / Depósitos Bancários.

4.2. MOEDA ESTRANGEIRA

A moeda estrangeira é a moeda que não seja a usada na apresentação das demonstrações financeiras, ou seja, que não é a moeda de relato.^[1]

4.2.1. Aquisição de moeda estrangeira e diferenças de câmbio na data do relato.

Para fazer face a despesas inerentes a deslocações ao estrangeiro, a entidade Estrela, Lda adquiriu em 1 de Dezembro as seguintes moedas estrangeiras: 5.000 USD e 1.000 EUR.

No dia 31 de dezembro (data do fecho) a Estrela, Lda ainda tinha em caixa essas mesmas quantias.

Considere as seguintes taxas de câmbio (taxas de fecho apresentadas na óptica do banco):

Os valores apresentados representam o valor de 1 kz em unidades de moeda.			
	Datas	Câmbio da Compra	Câmbio da Venda
USD	01 de Dezembro	,0105	,0106
	31 de Dezembro	,0107	,0108
EURO	01 de Dezembro	,0077	,0078
	31 de Dezembro	,0076	,0077

Proceda ao registo inicial e efectue o tratamento contabilístico referente às diferenças cambiais que se verificam à data do relato.

Resolução

O reconhecimento da aquisição da em moeda estrangeira e o reconhecimento de eventuais diferenças cambiais à data do relato.

[1] Moeda de relato é a moeda usada na apresentação das demonstrações financeiras. (Ponto 2.1 das Notas Explicativas PGC).



Contabilização

45.x*		43.1.1		76.2.2	
(1)	471.698	4.408	(2)		4.408
(1)	128.205.		(1)		
(3)	3.374				
					66.2.2
					3.374 (3)

(1) Aquisição de moeda estrangeira (USD e EUR)
 (2) Diferença cambial negativa referente à Caixa em USD
 (3) Diferença cambial positiva referente à Caixa em Euros (EUR)

(1) 01 de Dezembro

Nº conta	Nome da conta	Débito	Crédito
45.x*	Caixa / ... / Em moeda estrangeira USD	471.698	
45.x*	Caixa / ... / Em moeda estrangeira EUR	128.205	
43.1.1	Depósitos à ordem / Moeda nacional / Banco x		599.903

No que diz respeito aos USD, a entidade adquiriu 5.000 USD, o que resulta num preço de **471.698 Kz** (5.000 / 0,0106).

Para os Euros, a entidade adquiriu 1.000 EUROS por **128.205 kz** (1.000 / 0,0078). Note-se que foi utilizado o câmbio da venda (porque a entidade vai comprar moeda estrangeira, mas uma vez que os câmbios estão na óptica do banco, há que verificar o tipo de transacção que está a ser efectuado pelo banco – o banco está a vender moeda estrangeira – pelo que se utiliza o câmbio da venda).

(2) 31 de Dezembro

Nº conta	Nome da conta	Débito	Crédito
76.2.2	Diferenças de câmbio desfavoráveis / Não realizadas	4.408	
45.x*	Caixa / ... / Em moeda estrangeira USD		4.408

A 31 de Dezembro, a Estrela, Lda tinha em caixa o equivalente a 5.000 USD. Se fosse vender esta quantia de moeda estrangeira, o banco só daria em retorno 467.289 Kz (o banco estaria a comprar moeda estrangeira, logo deve ser efectuado o cálculo usando o câmbio da compra – 5.000 / 0,0107).

A valorimetria inicial para 5.000 USD foi de 471.698 Kz, o que resulta no reconhecimento de uma diferença cambial desfavorável de **4.408 Kz** (467.289 – 471.698).

(3) 31 de Dezembro

Nº conta	Nome da conta	Débito	Crédito
45.x*	Caixa / ... / Em moeda estrangeira EUR	3.374	
66.2.2	Proveitos e Ganhos Financeiros Gerais / Diferenças de câmbio favoráveis / Não realizadas		3.374

A 31 de Dezembro, a Estrela, Lda tinha em caixa o equivalente a 1.000 Euros. Se fosse vender esta quantia de moeda estrangeira, o banco entregaria em retorno 131.579 (usando o câmbio da compra 1.000 / 0,0076).

A valorimetria inicial foi de 128.205 o que resulta no reconhecimento de uma diferença cambial positiva de **3.374 Kz** (131.579 – 128.205).

A moeda estrangeira em caixa pode gerar, à data do relato, o reconhecimento de diferenças cambiais – não realizada. Neste caso, a Estrela, Lda adquiriu moeda estrangeira e a 31 de Dezembro tinha ainda moeda estrangeira em caixa, pelo que devem ser reconhecidas diferenças de câmbio, se as houver, o que é o caso. Uma vez que as taxas de câmbio são apresentadas na óptica do banco, há sempre que verificar qual a operação que este irá realizar (compra ou venda de moeda) para aplicar a respectiva taxa cambial.

(1) 1 de Dezembro de N

Nº conta	Nome da conta	Débito	Crédito
41.1.3.x	Títulos negociáveis / Acções / Outras empresas / Acções Alfa	1.000.000	
41.1.3.x	Títulos negociáveis / Acções / Outras empresas / Acções Beta	400.000	
43.1.1	Depósitos à ordem / Moeda nacional / Banco x		1.400.000

A quantia inicial do investimento é de **1.400.000** (2000 acções Alfa \times 500 + 1000 acções Beta \times 400)

(2) 31 de Dezembro de N

Nº conta	Nome da conta	Débito	Crédito
76.5.2.1	Provisões para aplicações financeiras / Aplicações de tesouraria—Títulos negociáveis – acções (Alfa)	100.000	
49.1.1.x	Provisões para aplicações de Tesouraria / Títulos negociáveis -acções (Alfa)		100.000

A 31 de Dezembro as acções de Alfa tinham um preço de mercado de 900.000 (2.000 \times 450), inferior ao custo de aquisição em **100.000** (1.000.000 – 900.000).

(3) 31 de Janeiro de N + 1

Nº conta	Nome da conta	Débito	Crédito
43.1.1	Depósitos à ordem / Moeda nacional / Banco x	1.100.000	
41.1.3.x	Títulos negociáveis / Acções / Outras empresas / Acções Alfa		1.000.000
49.1.1.x	Provisões para aplicações de Tesouraria / Títulos negociáveis / Acções (Alfa)	100.000	
66.6.2.	Ganhos na alienação de aplicações financeiras / Títulos negociáveis / Acções Alfa		200.000

À data da venda o valor as acções Alfa era de 1.100.000 (200.00 \times 550), o que se traduz num ganho de 200.000, considerando que as acções estavam com um valor registado de 900.000 (1.000.000 (custo de aquisição) – 100.000 (provisão))

(4) 31 de Janeiro de N + 1

Nº conta	Nome da conta	Débito	Crédito
43.1.1	Depósitos à ordem / Moeda nacional / Banco x	380.000	
76.6.2	Perdas na alienação de aplicações financeiras / Aplicações de títulos negociáveis/ acções Beta	20.000	
41.1.3.x	Títulos negociáveis / Acções / Outras empresas / Acções Beta		400.000

À data da venda o valor as acções Beta era de **380.000** (1.000 \times 380), o que se traduz numa perda de **20.000** (400.000 – 380.000)

Ao adquirir as acções, a entidade tinha a intenção de as vender a curto prazo, assim as acções foram reconhecidas na conta 41.1. Caso a intenção fosse vender num período superior a 1 ano a conta a utilizar seria 13.3.1 – Investimentos financeiros.



Comentários à Resolução

Não se procedeu a qualquer registo da alteração de valor das acções de Beta em 31 de Dezembro pois essa alteração de valor configura um ganho potencial (preço de mercado superior ao custo de aquisição) pelo que como se trata de um aumento não se procede a qualquer regularização

As contas 41.1.3 e 49.1.1 deverão ter subcontas que ajudem na identificação e controlo dos títulos negociáveis. No caso da conta 49.1.1 a necessidade de subcontas aumenta pela necessidade de justificação das provisões, nomeadamente nas questões ligadas a eventuais reforços ou reposições/anulações.



Apontamento Fiscal

As provisões para aplicações de Tesouraria, ligadas a aquisição e revenda de acções, um acto de comércio, se entendidas como enquadradas na alínea h) do artigo 25º e alínea e) II -Comércio, do Código do Imposto Industrial, poderão ser fiscalmente aceites.